



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Uauá

sexta-feira, 25 de agosto de 2023

Ano XI - Edição nº 01992 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Uauá publica



Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
90BE10CBAD7E27ABA4A56E205EFC5516

Prefeitura Municipal de Uauá

SUMÁRIO

- DECRETO Nº 1.679/2023 NOMEIA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COMSEA) DO MUNICÍPIO DE UAUÁ/BA PARA O BIÊNIO 2023-2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO Nº 1.680/2023 ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- RESOLUÇÃO N.º 012/2023 - CMDCA
- EDITAL N.º 012/2023 - CMDCA
- OFÍCIO PREFEITO - AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO - DISPENSA 040-2023.
- DECRETO Nº 200 - CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
- EXTRATO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO PE SRP 027-2023
- EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2023
- EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2023
- EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2023.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2023.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2023.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2023.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2023.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2023.

Prefeitura Municipal de Uauá

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.679 DE 25 DE AGOSTO DE 2023

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do Município de Uauá/BA para o biênio 2023-2025, e dá outras providências

O **Prefeito Municipal de Uauá**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com a Lei Municipal nº 243 de 05 de janeiro de 2004 e,

CONSIDERANDO a realização de novas indicações e eleição para a mesa diretora do conselho:

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados como membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), os conselheiros indicados a seguir:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza:

- **VALDIRA FERREIRA DA SILVA** - Titular

- **LIDINÉIA DA SILVA ABREU** - Suplente.

b) Secretaria Municipal de Educação:

- **EDMILDA CARDOSO DE SANTANA LOIOLA** – Titular

- **ANA PAULA DA SILVA CARDOSO** – Suplente

c) Secretaria Municipal de Saúde:

- **JULIANA GOMES VITOR** - Titular (SECRETÁRIA)

- **JAMILE ESTEVES DA SILVA SANTOS** - Suplente

d) Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Recursos Hídricos:

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ – 13.698.758/0001-97

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA **PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ** GABINETE DO PREFEITO

- **ELISEU OLIVEIRA DOMINGOS** – Titular

- **ANA GABRIELE DOS SANTOS FERREIRA** – Suplente

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Rede de Mulheres:

- **TÂNIA CARDOSO DE SOUZA REIS** – Titular

- **LUCIANA CARDOSO DE ALMEIDA** – Suplente

b) Instituto Social Antônio Conselheiro – ISAC:

- **MARILUCE CARDOSO DOS SANTOS** – Titular (PRESIDENTE)

- **WALDEMAR RODRIGUES CARDOSO DA SILVA** – Suplente

c) Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC:

- **JUSSARA DANTAS DE SOUZA** – Titular

- **JOSÉ GONÇALVES DE ALMEIDA** – Suplente

d) Associação Agropastoril de Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Pocinho:

- **BENEDITO APARECIDO DOS REIS** – Titular

- **MARIA ANGÉLICA ALVES DE SOUZA** – Suplente

e) Articulação Regional das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto – Canudos Uauá e Curaçá:

- **VALDIVINO RODRIGUES DE SOUZA** – Titular

- **NISLEIDE TRINDADE DOS SANTOS** – Suplente

f) Associação dos Agentes Comunitários de Saúde:

- **ÉRICA CORDEIRO DE OLIVEIRA** – Titular

- **ANTONIEL CARDOSO DA SILVA** – Suplente

g) Instituição Religiosa – Igreja Católica - Pastoral da Criança:

- **JOÃO BOSCO GONÇALVES MENEZES** – Titular

- **MARIA MILZA SOARES PRIMO** – Suplente

h) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Uauá/BA:

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ – 13.698.758/0001-97

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

- MANOEL CARLOS CARDOSO – Titular
- JOÃO BOSCO GONÇALVES DA SILVA – Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UAUÁ, em 25 de agosto de 2023.

Marcos Henrique Lobo Rosa
Prefeito Municipal

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá - Bahia
E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ - 13.698.758/0001-97

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.680 DE 25 DE AGOSTO DE 2023

Altera a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e dá outras providências

O **Prefeito Municipal de Uauá**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere a Lei Federal n.º 8.069/90, pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n.º 381, de 09 de março de 2009 e,

CONSIDERANDO a realização de novas indicações para composição do Conselho e eleição para nova mesa diretora:

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados como membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para o biênio 2023-2025, os conselheiros indicados a seguir:

I – Representantes do Governo Municipal:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza:

- **MARLA MARINA PEREIRA SALUSTIANO DOS SANTOS** – Titular (PRESIDENTE);

- **SUZI CLÉZIA GOMES DE MOURA** – Suplente (VICE-PRESIDENTE).

b) Secretaria Municipal de Educação:

- **DANIELA LOIOLA MENEZES** – Titular;

- **GRACIELE GOMES DA SILVA** – Suplente.

c) Secretaria Municipal de Saúde:

- **ELIZABETE TEIXEIRA DE ALMEIDA** – Titular;

- **JULIANA GOMES VITOR** – Suplente.

d) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Juventude, Turismo e Meio Ambiente:

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ – 13.698.758/0001-97

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA **PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ** GABINETE DO PREFEITO

- **ANA CRISTINA FERREIRA LIMA** – Titular;

- **DEISE GONÇALVES GUIMARÃES DA SILVA** – Suplente.

II – Entidades que Prestam Assistência Social a Criança e/ou Adolescente:

a) Associação dos Pais e Amigos Excepcionais:

- **TELMA RIBEIRO VARJÃO** – Titular;

- **FRANCILENE SOUZA GOMES FERREIRA** – Suplente (SECRETÁRIA).

b) Associação de Educadores e Amigos da Educação:

- **MAYZA DA SILVA GOMES** – Titular;

- **ELIANA CARDOSO DE MOURA GONÇALVES** – Suplente.

c) Associação Social, Educacional e Cultural Construindo Cidadania:

- **MARIA CECÍLIA NEVES DE ANDRADE** – Titular;

- **MARIA DAS DORES CARDOSO DE MOURA** – Suplente.

d) Representante do Clube de Mães de Uauá:

- **NATÁLIA LOIOLA MARQUES RIBEIRO** – Titular;

- **MARIA FERREIRA MARTINS** – Suplente.

§ 1º Os representantes do Governo Municipal são de livre escolha do Prefeito, e seus mandatos durarão, no máximo, até o final da atual gestão.

§ 2º Os Conselheiros representantes da Sociedade Civil terão mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da posse, permitida uma única recondução para quem estiver no primeiro mandato.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UAUÁ, em 25 de agosto de 2023.

Marcos Henrique Lobo Rosa
Prefeito Municipal

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá - Bahia
E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ - 13.698.758/0001-97

Prefeitura Municipal de Uauá

Resolução



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 681/2023)

RESOLUÇÃO N.º 012/2023

MODIFICA A COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE UAUÁ DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, nos termos do Art.88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069/09, da Lei Municipal nº 381/09 e da Resolução n.º 231 de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no uso de suas atribuições, tendo presente a necessidade de realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2023 e deliberação da sessão plenária do CMDCA, realizada no dia 15 de agosto de 2023.

CONSIDERANDO:

Resolução n.º 231/2022 do CONANDA no Artigo 11º .
Resolução n.º 003/2023 do CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Comissão Especial de Organização do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Uauá de 2023, formada pelos seguintes membros: Telma Ribeiro Varjão, Suzi Clézia Gomes de Moura, Natália Loiola Marques Cardoso Ribeiro, Mayza da Silva Gomes, Graciele Gomes da Silva e Elizabete Teixeira de Almeida.

§1º A Comissão Especial de Organização do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Uauá de 2023 terá as seguintes atribuições:

I - Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

II - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

III - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

IV - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

V - Estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 681/2023)

VI - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

VII - Providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral;

VIII - Escolher e divulgar os locais do processo de escolha, preferencialmente seguindo o zoneamento da Justiça Eleitoral;

IX - Selecionar e requisitar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais e distritais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

X - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XI - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

XII - Resolver os casos omissos.

§2º A Comissão Especial de Organização do Processo de Escolha do Membros do Conselho Tutelar de Uauá de 2023 notificará o Ministério Público, com 72 horas de antecedência da realização de reunião deliberativa, bem como das decisões nela proferida e de eventuais incidentes ocorridos.

Art. 2º A Comissão Especial de Organização do Processo de Escolha do Membros do Conselho Tutelar de Uauá de 2023 se dissolverá após o encerramento de todos os trabalhos do processo de escolha.

Art. 4º A presente RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Uauá- Bahia, 15 de agosto de 2023

Marla Marina Pereira Salustiano dos Santos
Presidente do CMDCA
(2023-2025)

Prefeitura Municipal de Uauá

Editais Administrativos



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

EDITAL N.º 012/2023

*(ALTERA O EDITAL N.º 008/2023 PARA MODIFICAR A
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL.*

CONVOCA, FIXA E REGULAMENTO DAS REGRAS PARA ELEIÇÃO DO
CONSELHO TUTELAR DE UAUÁ- BAHIA QUADRIÊNIO 2024/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Uauá - Bahia (CMDCA), de Uauá -Bahia, órgão de fiscalização e deliberação da política municipal da criança e do adolescente, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº. 381/09 faz publicar o Edital de Alteração da Comissão Especial Eleitoral do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, disciplinado pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), pela Resolução nº. 231/2022 do CONANDA, pela Lei Municipal nº.681/23 e em conformidade com a deliberação da plenária do CMDCA, na assembleia geral ordinária do dia 15 de agosto de 2023, FAZ CONHECER através do presente EDITAL as diretrizes, que seguem, as quais deverão ser observadas no processo seletivo dos membros do Conselho Tutelar de Uauá-Bahia, para o quadriênio 2024/2027.

DO CONSELHO TUTELAR

CAPÍTULO I

Art. 1º O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na Lei nº. 8.069/90. *(Art.131 da Lei nº 8.069/90)*

Art. 2º Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha. *(Art.132 da Lei nº 8.069/90)*

Art. 3º São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

(Art. 15º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

Art. 4º São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art.101, I a VII da Lei nº. 8.069/90;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art.129, I a VII da Lei nº. 8.069/90;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art.101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art.220, §3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Art.136 da Lei nº.8.069 / 90)

Art. 5º É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas. (Art. 22 da RESOLUÇÃO 231 / 2022 do CONANDA)

Art. 6º O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas na Lei nº 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo municipal, estadual ou do Distrito Federal. (Art. 25º da RESOLUÇÃO n.º 231/2022 do CONANDA)

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

Art. 7º O Conselho Tutelar funcionará atendendo, através de seus conselheiros, caso acaso:

I - Das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de duas horas para almoço;

II - Fora do expediente normal, os conselheiros distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno, a forma de regime de sobreaviso;

III - Para este regime de sobreaviso, o conselheiro terá seu nome e telefone(s) divulgados conforme constará em Regimento Interno, para atender emergência a partir do local onde se encontra;

IV - O Regimento Interno estabelecerá o regime de trabalho de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada conselheiro deverá prestar 40 (quarenta) horas semanais. (Art. 30º da Lei Municipal nº. 381/09)

Art. 8º A remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar será de R\$ 1.302,00 (um mil e trezentos e dois reais) e será reajustada automaticamente para que nunca fique menor que o salário mínimo nacional, de acordo com o estabelecido pelo Governo Federal.

§1º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá desconto em favor do Regime Geral da Previdência Social. (Art.35 da lei Municipal nº. 381/09)

§2º Se servidor municipal efetivo for eleito para O Conselho Tutelar, deverá optar entre o valor do cargo de Conselheiro ou o valor dos seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

I - o retorno ao cargo efetivo que exercia, assim que findo o seu mandato;

II - a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais; (Art.19º da Lei Municipal nº. 381/09)

Art. 9º Ao membro do Conselho Tutelar, é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. (Art. 134º da Lei nº 8069/90)

Art. 10º A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvadas as disposições previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário. (Art. 26º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Art. 11º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal. (Art. 31º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Art. 12º No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

- I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;
- III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;
- IV - municipalização da política de atendimento a crianças e adolescentes;
- V - respeito à intimidade, à imagem da criança e do adolescente;
- VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;
- VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;
- IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e ao adolescente;
- X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e ao adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e

XII - oitiva obrigatória e participação da criança e ao adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar. (Art. 32º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Art. 13º A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Art. 38º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Art. 14º Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal ou do Distrito Federal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter conduta pública e particular ilibada;
- II - zelar pelo prestígio da instituição;
- III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;
- VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VII - declarar-se suspeitos ou impedidos, nos termos desta Resolução;
- VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e de adolescente;

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

X - residir no Município;

XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - identificar-se em suas manifestações funcionais; e

XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida. (Art. 40º da RESOLUÇÃO nº. 231/2022 do CONANDA)

Art. 15º Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação local, é vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - exercer atividade no horário fixado na lei municipal ou do Distrito Federal para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade políticopartidária;

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 13.869 de 2019 e legislação vigente;

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990; e

XIII - descumprir os deveres funcionais mencionados no art.38 desta Resolução e na legislação local relativa ao Conselho Tutelar. (*Parágrafo único do Art. 41º da RESOLUÇÃO nº. 231/2022 do CONANDA*)

Art. 16º Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar, dentre outras a serem previstas na legislação local:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função; e

III - destituição do mandato. (*Art. 44º da RESOLUÇÃO nº. 231/2022 do CONANDA*)

Art. 17º Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal. (*Art. 45º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA*)

Art. 18º As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único. De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do Conselheiro Tutelar até a conclusão da investigação. (*Art. 46º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA*)

DO PROCESSO DE ESCOLHA

CAPÍTULO II

Art. 19º O presente processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Uauá – Bahia obedecerá as seguintes diretrizes:

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral;

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público; e

IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha. (Art. 5º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Art. 20º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou do Distrito Federal e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

Parágrafo único - O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha. (Art. 6º da RESOLUÇÃO nº 231/2022 do CONANDA)

Art. 21º A condução do processo de escolhas dos membros do Conselho Tutelar será feita por uma Comissão Especial Eleitoral, constituída por composição paritária entre conselheiros do CMDCA representantes do Governo e da Sociedade Civil.

§1º Fazem parte da Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros: Telma Ribeiro Varjão, Natália Loiola Marques Cardoso Ribeiro e Mayza da Silva Gomes (Sociedade Civil); Suzi Clezia Gomes de Moura, Graciele Gomes da Silva e Elizabete Teixeira de Almeida (Governo). (RESOLUÇÃO CMDCA n.º 012/2023)

§2º A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão do processo de escolha.

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§4º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§5º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

§6º Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha, preferencialmente seguindo o zoneamento da Justiça Eleitoral;

VI - selecionar e requisitar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais e distritais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

§7º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados. (Art. 11º da RESOLUÇÃO n.º 231/2022 do CONANDA)

Art. 22º Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os que preencherem os seguintes requisitos:

I - idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de resolução;

II - idade superior a 21(vinte e um) anos;

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

III - residir no Município de Uauá há mais de dois anos;

IV - estar em gozo de seus direitos políticos;

V - apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio;

VI - submeter-se a uma prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser Formulada por um a Comissão designada pelo CMDCA. (Art. 14º da Lei Municipal n.º 381/09)

§1º A prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente conterá 33 (trinta e três) questões, sendo 30 (trinta) objetivas de múltipla escolha e 03 (três) questões dissertativas.

§2º Para fins de apuração do resultado da Prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente cada questão objetiva valerá 03 (três) pontos e para cada questão dissertativa valerá 10 (dez) pontos, sendo assim a pontuação máxima da prova será de 120 (cento e vinte) pontos.

§3º A Elaboração e Seleção da Prova de Conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e também a entrevista dos candidatos ficará sob a responsabilidade da empresa Ideia Social Consultoria e Assessoria LTDA, CNPJ/MF: 22.845.953/0001-93, com sede no município de Senhor do Bonfim – Bahia.

§4º Os critérios que serão considerados e avaliados na entrevista dos candidatos selecionados na Prova de Conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente serão os definidos pela empresa Ideia Social Consultoria e Assessoria LTDA que definirá também o local de realização das entrevistas, que deverá ocorrer em espaço público, na sede do município de Uauá - Bahia. (Resolução CMDCA 005/2023)

Art. 23º O número de candidatos selecionados para participar da eleição obedecerá ao seguinte critério:

I - Se o número de inscritos for maior que 20 (vinte): os 20 (vinte) candidatos que atingirem as melhores notas na prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e forem aprovados na entrevista;

II - Se o número de inscritos for igual ou menor que 20 (vinte): os 12 (doze) candidatos que atingirem as melhores notas na prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e forem aprovados na entrevista.

Parágrafo Único: Para efeito de classificação e de desempate de candidatos com notas iguais, será observado o seguinte critério: ficará à frente o mais idoso, considerando-se para tanto ano, mês, dia e hora de nascimento, nesta ordem, caso haja necessidade de desempates sucessivos. (Resolução CMDCA n.º 005/2023)

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

Art. 24º O cidadão que por ventura for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que quiser pleitear o cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento do CMDCA no mínimo 6 (seis) meses antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares em atuação. (Art. 14º da Lei Municipal nº 381/09)

Art. 25º O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolado, devidamente instruído com todos os documentos à comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

§1º O local de acolhimento das inscrições será a sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, localizada na Avenida João Borges de Sá, s/n centro – Uauá – Bahia, e o horário será das 08 às 14horas .

§2º Só será aceita inscrição do candidato que apresentar a seguinte documentação, no ato da inscrição:

I) Documento de identificação que pode ser um desses: Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação, Certificado de Reservista;

II) Comprovante de residência recente, um desses: (conta de água, luz, telefone, carnês de pagamento recebido pelos correios, Declaração de residência emitida por entidade de classe, sediada no município de Uauá - Bahia, à qual o candidato pertença. (Resolução CMDCA n.º 004/2023)

Art. 26º Cada candidato poderá registrar, além do nome, um codinome, e terá um número oportunamente sorteado pela Comissão Eleitoral. (Art. nº 15 da Lei Municipal nº 381/09)

Art. 27º À propaganda eleitoral aplicar-se-á subsidiariamente a legislação eleitoral federal, e obedecerá aos limites impostos pela legislação municipal ou às posturas municipais e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições. (Art. 22º da Lei Municipal nº 381/09)

Art. 28º Cada candidato poderá credenciar no máximo 01 (um) fiscal para cada mesa receptora ou apuradora. (Art. 25º da Lei Municipal nº 381/09)

Art. 29º Os membros escolhidos como titular submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos promovidos por uma Comissão a ser designada pelo CMDCA, em parceria com o Ministério Público. (Art. 28º da Lei Municipal nº 381/09)

DO CALENDÁRIO

CAPÍTULO III

Art. 30º O Processo Eleitoral de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027 obedecerá ao seguinte calendário:

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

I - INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS: de 10 a 14/04/2023, de 17 a 20/04/2023 e de 24 a 28/04/2023

II - DIVULGAÇÃO DOS INSCRITOS: Até 05/05/2023

III - PALESTRA FORMATIVA: 22/05/2023

IV - PROVA DE CONHECIMENTOS: 11/06/2023

V - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTOS:
Até 20/06/2023

VI - ENTREVISTA: 29/06/2023

VII - DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDATOS APTOS PARA
PARTICIPAREM DA ELEIÇÃO: Até 03/07/2023

VIII - ELEIÇÃO: 01/10/2023

IX - APURAÇÃO DOS VOTOS: 01/10/2023

X - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO: Até 02/10/2023

XI - POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES: 10/01/2024
(Resolução CMDCA n.º 005/2023)

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO IV

Art. 31º Deverão participar da palestra formativa os candidatos que tiveram suas inscrições homologadas pela Comissão Especial Eleitoral.

Parágrafo único – A palestra formativa será realizada no Centro Comunitário Paroquial, localizado na Praça São João Batista, centro – Uauá, das 09h às 12h.

Art. 32º A Prova de Conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente será realizada na Escola Municipal Recanto da Criança, localizada na Avenida João Borges de Sá, centro – Uauá –Bahia, das 8h às 11h.

Parágrafo único – A entrevista será realizada no Centro Comunitário Paroquial, localizado na Praça São João Batista, centro – Uauá, das 09h às 13h.

Art. 33º A eleição será realizada nos seguintes locais e horários:

I – Escola Municipal São Geraldo, localizada no Povoado de Lagoa do Pires, Uauá –Bahia, das 08h às 17h, para os eleitores inscritos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nas seções eleitorais, da 083 zona, das seguintes localidades: Lagoa do Pires, Arraial,

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Uauá-Bahia

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

Sítio do Tomaz, São Paulo, Poço do Vieira, Testa Branca, Caldeirão do Almeida e Boa Vista dos Alves;

II - Escola Municipal João Borges de Sá – Espaço Municipalizado Escola Senhor do Bonfim, localizado na Avenida João Borges de Sá, centro – Uauá –Bahia, das 08h às 17h, para os eleitores inscritos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nas demais seções eleitorais da 083 zona.

Parágrafo Único: A apuração dos votos iniciará logo após a eleição pelas mesmas pessoas que trabalharam na recepção dos votos, sendo o resultado encaminhado à Comissão Especial Eleitoral. (*Resolução CMDCA n.º 004/2023*)

Art. 34º Os casos omissos ou não claramente explicitados neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral. (*Art.44º da RESOLUÇÃO n.º. 231/2022 do CONANDA*)

Uauá- Bahia, 15 de agosto de 2023

Marla Marina Pereira Salustiano dos Santos
Presidente do CMDCA
(2023-2025)

Prefeitura Municipal de Uauá

Outros



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

GABINETE DO PREFEITO

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO** a contratação por **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso II do art.75, da Lei nº. 14.133/2021, visando a contratação da empresa **CONCEITO CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.388.875/0001-29, para realizar a **“contratação de empresa de engenharia para realizar a construção do muro do cemitério do distrito de Serra da Canabrava”**, conforme descrito no Termo de Referência e seus anexos.

No mais, autorizo o empenho das despesas resultantes da presente contratação, o qual perfaz o montante total de **RS 53.557,01 (cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e um centavo)**, e que será suportado pela dotação orçamentárias indicadas no parecer contábil.

Por fim, que seja encaminhado ao Setor de Contratos para elaboração do respectivo contrato e demais providências.

Uauá - Bahia, 17 de agosto de 2023.

Marcos Henrique Lobo Rosa
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá

Decreto Financeiro/Contábil

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ**

PC BELARMINO JOSE RODRIGUES - CENTRO

CNPJ: 13.698.758/0001-97 - CEP: 48.950-000 - UAUÁ - BA

DECRETO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**DECRETO Nº 200 DE 24 DE AGOSTO DE 2023**

Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no valor de **R\$ 63.800,00 (Sessenta e três mil e oitocentos reais)**.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE UAUÁ**, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 664/2022 de 29 de dezembro de 2022, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R\$ 63.800,00 (Sessenta e três mil e oitocentos reais) na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotações Suplementares**40101 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****2.030 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA**

3.3.90.30.00 / 15420000 - Material de Consumo

63.800,00

Total por Ação: 63.800,00**Total por Unidade Orçamentária: 63.800,00****Total Suplementado: 63.800,00**

Art. 2º - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, Inciso II.

Fonte de Recursos	Valor
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	63.800,00
Total	63.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de quinta-feira, 24 de agosto de 2023, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE UAUÁ, Estado da Bahia, em 24 de agosto de 2023.

JOSEMAR DE SÁ DOS SANTOS
Secretário de Administração, Planej. Finança
CPF: 636.686.375-04

MARCOS HENRIQUE LOBO ROSA
Prefeito Municipal
CPF: 289.806.465-34

Prefeitura Municipal de Uauá

Pregão Eletrônico

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0086/2023
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 027/2023

O **MUNICÍPIO DE UAUÁ**, Estado da Bahia, através do **Prefeito Municipal**, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis nº 14.133/2021, e posteriores alterações, torna público para conhecimento de quem possa interessar o resultado da licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico SRP, autuada sob o nº 027/2023, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento de materiais pensos, destinados à secretaria municipal de saúde, sendo vencedoras a empresa: **M M DE SOUSA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ: 33.921.374/0001-07, vencedora dos itens: 1 - 2 - 12 - 13 - 14 - 15 - 27 - 28 - 29 - 30 - 33 - 35 - 36 - 41 - 42 - 44 - 47 - 52 - 54 - 58 - 76 - 80 - 82 - 83 - 85 - 87 - 88 - 100 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 113 - 114 - 117 - 127 - 130 - 145 - 153 - 166 - 167 - 168 - 169 - 173 - 174 - 175 - 176 - 181 - 191 - 196 - 198 - 199 - 205 - 208 - 225 - 238 - 239 - 240 - 241 - 242 - 245 - 246 - 253 - 278 - 279 - 280 - 282 - 283 - 284 - 285 - 288 - 289 - 290 - 297, totalizando o valor global de R\$ 231.072,24 (duzentos e trinta e um mil, setenta e dois reais e vinte e quatro centavos), a empresa **RIFARMA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ: 10.717.723/0001-60, vencedora dos itens: 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 16 - 17 - 19 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 31 - 32 - 34 - 37 - 38 - 39 - 40 - 48 - 49 - 50 - 51 - 53 - 55 - 56 - 57 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 74 - 75 - 78 - 79 - 81 - 84 - 86 - 89 - 90 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 98 - 99 - 102 - 104 - 110 - 111 - 112 - 115 - 116 - 118 - 119 - 120 - 121 - 122 - 123 - 124 - 125 - 126 - 128 - 129 - 131 - 133 - 134 - 135 - 136 - 137 - 138 - 139 - 140 - 141 - 142 - 143 - 144 - 146 - 147 - 148 - 149 - 152 - 154 - 155 - 156 - 157 - 158 - 160 - 161 - 162 - 164 - 165 - 171 - 172 - 177 - 179 - 180 - 182 - 183 - 184 - 185 - 186 - 188 - 190 - 193 - 194 - 195 - 201 - 202 - 203 - 204 - 206 - 207 - 209 - 210 - 211 - 215 - 216 - 217 - 218 - 219 - 220 - 221 - 222 - 223 - 226 - 227 - 231 - 232 - 233 - 234 - 236 - 237 - 243 - 244 - 247 - 248 - 249 - 250 - 251 - 252 - 254 - 255 - 256 - 257 - 258 - 259 - 260 - 261 - 263 - 273 - 274 - 275 - 276 - 281 - 286 - 287 - 294 - 296, totalizando o valor global de R\$ 564.139,47 (quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), a empresa **R B DA SILVA DISTRIBUIDORA**, inscrita no CNPJ: 40.936.974/0001-04, vencedora dos itens: 11 - 18 - 20 - 43 - 45 - 46 - 71 - 72 - 73 - 77 - 91 - 97 - 101 - 103 - 132 - 150 - 151 - 163 - 178 - 187 - 189 - 192 - 197 - 200 - 212 - 213 - 214 - 224 - 228 - 229 - 230 - 235 - 262 - 264 - 265 - 266 - 267 - 268 - 269 - 270 - 271 - 272 - 277 - 291 - 292 - 293 - 295, totalizando o valor global de R\$ 103.958,30 (cento e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos), a empresa **SUPRI VALE PRODUTOS MEDICOS E ORTOPEDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ: 07.914.775/0001-11, vencedora do item: 159, totalizando o valor global de R\$ 44.590,40 (quarenta e quatro mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos), a empresa **BETANIAMED COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ: 09.560.267/0001-08, vencedora do item: 170, totalizando o valor global de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).. Uauá/BA, 22/08/2023. Marcos Henrique Lobo Rosa – Prefeito Municipal.

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá

Pregão Eletrônico

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

AVISO DE REGISTRO DE PREÇO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2023

PA: 0104/2023 – **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 033/2023** – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ – **CNPJ:** 13.698.758/0001-97 – **CONTRATADO:** ARRUDA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – **CNPJ:** 13.689.682/0001-33 – **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (NA BOMBA), PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TANTO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE UAUÁ QUANTO NO TRECHO TUCANO X SERRINHA. – **ÓRGÃO GERENCIADOR:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – **VIGÊNCIA:** 12 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA ATA – **DATA DE ASSINATURA:** 23/08/2023.

DESCONTOS REGISTRADOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT.	MARCA	DESCONTO
05	GASOLINA COMUM AUTOMOTIVA, MICROFILTRADA CONSTITUÍDA DE GASOLINA A E ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL, NAS PROPORÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E QUE ATENDA AO REGULAMENTO TÉCNICO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO	LITRO	14.976	PETROBRAS	4,50%
06	GASOLINA COMUM AUTOMOTIVA, MICROFILTRADA CONSTITUÍDA DE GASOLINA A E ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL, NAS PROPORÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E QUE ATENDA AO REGULAMENTO TÉCNICO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (COTA RESERVADA)	LITRO	3.744	PETROBRAS	4,50%
07	ÓLEO DIESEL AUTOMOTIVO, MICROFILTRADO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E COMPOSIÇÃO ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO/BIODIESEL IDEM	LITRO	8.640	PETROBRAS	4,50%

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá

Pregão Eletrônico

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

AVISO DE REGISTRO DE PREÇO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2023

PA: 0104/2023 – **PREGÃO ELETRÔNICO SRP** Nº 033/2023 – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ – **CNPJ:** 13.698.758/0001-97 – **PROMITENTE FORNECEDOR:** SANTA BÁRBARA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – **CNPJ:** 20.787.822/0001-71 – **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (NA BOMBA), PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TANTO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE UAUÁ QUANTO NO TRECHO TUCANO X SERRINHA. – **ÓRGÃO GERENCIADOR:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – **VIGÊNCIA:** 12 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA ATA – **DATA DE ASSINATURA:** 23/08/2023.

DESCONTOS REGISTRADOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT.	MARCA	DESCONTO
01	GASOLINA COMUM AUTOMOTIVA, MICROFILTRADA CONSTITUÍDA DE GASOLINA A E ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL, NAS PROPORÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E QUE ATENDA AO REGULAMENTO TÉCNICO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO	LITRO	57.600	LARCO	17,70%
02	GASOLINA COMUM AUTOMOTIVA, MICROFILTRADA CONSTITUÍDA DE GASOLINA A E ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL, NAS PROPORÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E QUE ATENDA AO REGULAMENTO TÉCNICO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (COTA RESERVADA)	LITRO	14.400	LARCO	4,31%
03	ÓLEO DIESEL AUTOMOTIVO, MICROFILTRADO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E COMPOSIÇÃO ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO/BIODIESEL IDEM	LITRO	21.120	LARCO	11,30%
04	ÓLEO DIESEL AUTOMOTIVO, MICROFILTRADO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E COMPOSIÇÃO ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO/BIODIESEL IDEM (COTA RESERVADA)	LITRO	5.280	LARCO	4,40%

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2023

P.A.: Nº 0125/2023 – **DISPENSA DE LICITAÇÃO:** Nº 044/2023 – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.698.758/0001-97 – **CONTRATADO:** LILIAN CARDOSO DA SILVA, CPF: 030.694.835-42 - **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA FAZENDA LAGE DAS AROEIRAS, ZONA RURAL DE UAUÁ- BA, VISANDO O FUNCIONAMENTO DE CRECHE ESCOLAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. – **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS) – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 – **ATIVIDADE:** 4.122.0012.2.022 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.36.00 – **FONTE DE RECURSO:** 1.500-1001 – **VIGÊNCIA** 24/08/2023 A 24/08/2024 – **DATA DA ASSINATURA:** 24/08/2023.

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
90BE10CBAD7E27ABA4A56E205EFC5516

Prefeitura Municipal de Uauá

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2023

P.A.: Nº 0126/2023 – **DISPENSA DE LICITAÇÃO:** Nº 045/2023 – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.698.758/0001-97 – **CONTRATADO:** ANADETE RODRIGUES DA SILVA, CPF: 582.045.125-20 - **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO POVOADO DE CALDEIRÃO DA SERRA, ZONA RURAL DE UAUÁ- BA, VISANDO O FUNCIONAMENTO DE CRECHE ESCOLAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. – **VALOR GLOBAL:** R\$ 6.600,00 (SEIS MIL E SEISCENTOS REAIS) – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 – **ATIVIDADE:** 4.122.0012.2.022 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.36.00 – **FONTE DE RECURSO:** 1.500-1001 – **VIGÊNCIA** 24/08/2023 A 24/08/2024 – **DATA DA ASSINATURA:** 24/08/2023.

Prefeitura Municipal de Uauá

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2023

P.A.: Nº 0105/2023 – **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 034/2023 – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.698.758/0001-97 – **CONTRATADO:** C H CARDOSO VIEIRA FILHO, CNPJ: 30.060.433/0001-01 – **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023, BEM COMO ITENS COM SALDO INSUFICIENTE PARA A COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE UAUÁ PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2023 – **VALOR GLOBAL:** R\$ 189.195,00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS) – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 – ATIVIDADE: 12.361.0012.2.024 – ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – **FONTES DE RECURSOS:** 1.550-0000 / 1.552-0000 / 1.500-0000 – **VIGÊNCIA** 24/08/2023 A 29/12/2023 – **DATA DA ASSINATURA:** 24/08/2023.

Prefeitura Municipal de Uauá

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2023

P.A.: Nº 0105/2023 – **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023** – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.698.758/0001-97 – **CONTRATADO:** JOÃO CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS, CNPJ: 40.354.530/0001-52 – **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023, BEM COMO ITENS COM SALDO INSUFICIENTE PARA A COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE UAUÁ PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2023 – **VALOR GLOBAL:** R\$ 45.396,00 (QUARENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS) – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 4.01.01 – **ATIVIDADE:** 12.361.0012.2.024 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 – **FONTES DE RECURSOS:** 1.550-0000 / 1.552-0000 / 1.500-0000 – **VIGÊNCIA** 24/08/2023 A 29/12/2023 – **DATA DA ASSINATURA:** 24/08/2023.

Prefeitura Municipal de Uauá

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2023

P.A.: Nº 0105/2023 – **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 034/2023 – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.698.758/0001-97 – **CONTRATADO:** MERCADINHO RIBEIRO LTDA, CNPJ: 32.974.311/0001-48 – **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023, BEM COMO ÍTENS COM SALDO INSUFICIENTE PARA A COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE UAUÁ PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2023. – **VALOR GLOBAL:** R\$ 109.828,50 (CENTO E NOVE MIL, OITOCENTOS E VINTE E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 – ATIVIDADE: 12.361.0012.2.024 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 – **FONTES DE RECURSOS:** 1.550-0000 / 1.552-0000 / 1.500-0000 – **VIGÊNCIA** 24/08/2023 A 29/12/2023 – **DATA DA ASSINATURA:** 24/08/2023.

Prefeitura Municipal de Uauá

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
CNPJ Nº 13.698.758/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2023

ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2023 – P.A.: Nº 0104/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023 CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.698.758/0001-97, FUNDO DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE UAUÁ, CNPJ: 13.492.241/0001-47 – CONTRATADO: SANTA BÁRBARA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ: 20.787.822/0001-71 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (NA BOMBA), PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TANTO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE UAUÁ QUANTO NO TRECHO TUCANO X SERRINHA. – VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE: R\$ 420.848,64 (QUATROCENTOS E VINTE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SESENTA CENTAVOS) – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.01 – ATIVIDADES: 10.122.0010.2.013 / 10.302.0010.2.014 / 10.301.0010.2.019 – ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – FONTES DE RECURSOS: 1.500.1002 / 1.600-0000 / 1.600-3110 – VIGÊNCIA: 25/08/2023 A 29/12/2023 – DATA DA ASSINATURA: 25/08/2023.